

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**O cessar fogo no Vietnam uma grande vitória do povo vietnamita e dos seus aliados sobre o imperialismo americano.**

ver pág. 6

GES  
PCP

## Declaração do Partido Comunista Português sobre o assassinato de Amílcar Cabral

O ignóbil assassinato do camarada Amílcar Cabral fez levantar um clamor de protestos de toda a humanidade progressista. Partidos políticos e organizações das mais diversas ideologias e pessoas das mais variadas condições manifestaram a sua indignação e repulsa por este crime do colonialismo. A homenagem prestada pela ONU a Amílcar Cabral, em que, exceptuando Portugal, estiveram presentes todos os países, foi não só a condenação do vil assassinato, mas também a condenação do ódio colonialista português.

Os colonialistas portugueses têm feito variados mas vãos esforços para se mostrarem inocentes. Mas todos os que sabem qual é a natureza do fascismo e do colonialismo, todos os que conhecem os seus hediondos crimes, as suas constantes intrigas e promoções no sentido de enfraquecer as forças que lutam contra o colonialismo, contra a guerra colonial e pelo derrubamento do fascismo, todos esses sabem que o colonialismo português a tudo recorre para tentar sobreviver. O fascismo e os colonialistas, desesperados, recorrem a todos os meios para tentar anular e esconder as consciências. Nos jornais, na rádio, na televisão, em milhões de papéis lançados por aviões nas zonas libertadas das colónias, oferecem-se dinheiro, bebeses, «liberdades», a frota da delação, da desonra e da traição. A exaltação da traição é bem o símbolo da putrefacção moral e política do governo fascista de M. Caetano.

Com o assassinato de Amílcar Cabral, o PAIGC e todo o movimento de libertação nacional perderam um dirigente consequente. O povo português perdeu um grande amigo e aliado. Mas os objectivos dos colonialistas que comandaram os assassinos não serão atingidos.

O «Avante!» associa-se inteiramente às mensagens enviadas pelo CC do PCP ao «CONSELHO SUPERIOR DE LUTA DO PAIGC» e ao PRESIDENTE SEKOU TOURÉ. No ponto 1 da «DECLARAÇÃO DO PCP SOBRE O ASSASSINATO DE AMÍLCAR CABRAL», que a seguir publicamos, subscrita pelo Secretariado do CC, está integralmente inserida a mensagem de condolências enviada ao PAIGC, razão por que nos dispensamos de a publicar separadamente.

1. O Partido Comunista Português, certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores e das massas populares de Portugal, eleva o seu veemente protesto e manifesta a sua profunda indignação pelo vil assassinato do camarada Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC, dirigente da luta dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde contra o colonialismo português, pela independência nacional.

O Partido Comunista Português inclina a sua bandeira e presta homenagem ao ardente patriota inteiramente devotado à luta de libertação do seu povo; ao revolucionário consequente dirigindo a construção de uma sociedade progressista na sua pátria libertada; ao inimigo irreconciliável do colonialismo português e amigo sincero do povo de Portugal, que considerou sempre um aliado na luta contra o inimigo comum.

O Partido Comunista Português apresenta as suas sinceras condolências ao PAIGC, a todos os seus militantes e à família enlutada.

Nem com a guerra criminoso, nem com a conspiração e actos de agressão contra a República da Guiné e a República do Senegal, nem com a «acção psicológica» e a demagogia, o governo fascista e colonialista de Lisboa conseguiu evitar sucessivos desaires militares e diplomáticos e sustentar o desenvolvimento da luta libertadora da Guiné-Bissau, de cujo elevado grau são testemunho as eleições recentemente realizadas e o anúncio da próxima declaração da independência. Apesar da dureza do golpe que, para a luta do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, assim como para todo o movimento de libertação, representa o assassinato de Amílcar Cabral, tão pouco este crime dará aos colonialistas portugueses os resultados que dele esperam.

O Partido Comunista Português expressa ao PAIGC, aos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, a sua plena confiança em que a luta, pela qual Amílcar Cabral deu a vida, prosseguirá até à vitória final.

O PAIGC, os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde podem estar certos, em todas as circunstâncias da inteira solidariedade e do activo e fraternal apoio do Partido Comunista Português.

### AO PRESIDENTE SEKOU TOURÉ

O Partido Comunista Português, elevando o seu veemente protesto e manifestando a sua profunda indignação pelo vil assassinato de Amílcar Cabral, ao mesmo tempo que expressa a sua solidariedade ao PAIGC e ao povo da Guiné-Bissau expressa também a sua solidariedade à República da Guiné, em cuja terra foi cometido esse monstruoso crime, e a vós, Presidente Sekou Touré, cujo governo e cujo país são também visados pela política de agressão e de guerra do colonialismo português.

Contai sempre com o nosso activo apoio na luta contra os nossos comuns inimigos.

21 de Janeiro de 1973

O Comité Central do Partido Comunista Português

2. Desmascarando a política do governo fascista e colonialista de Marcelo Caetano, prevenindo contra certas ilusões que a demagogia deste criou acerca de uma suposta viragem na política colonial no sentido da «autonomia» e de uma evolução para a «independência», o PCP tem incessantemente insistido em que a direcção fundamental da política colonialista do governo de Marcelo Caetano, é a tentativa do aniquilamento dos movimentos de libertação nacional pela guerra, os atentados terroristas contra os dirigentes, a intriga e a subversão contra estados africanos que os ajudam. Os factos têm comprovado inteiramente esta apreciação. A intensificação das guerras coloniais; o assassinato em 1969 de E. Mondlane, presidente da Frelimo, dirigente da luta do povo moçambicano; a invasão da República da Guiné, em 1970, tendo como objectivo o assassinato dos dirigentes do PAIGC, o derrubamento do Governo de Sekou Touré e a liquidação das bases de apoio à luta do povo da Guiné-Bissau; as conspirações e preparação de atentados contra os dirigentes da Zâmbia, Tanzânia, República Popular do Congo; os actos de agressão contra estados africanos; agora o assassinato de Amílcar Cabral; — mostram a fria determinação dos fascistas e colonialistas de utilizarem todos os meios para prosseguirem a dominação e a exploração colonialistas, para se oporem à realização das justas aspirações dos povos submetidos ao colonialismo português.

Seria um erro grave acreditar, em qualquer momento, na demagogia e nas manobras enganadoras dos fascistas e colonialistas portugueses e dos seus aliados, confessados ou não. Com tal demagogia e tais manobras, os colonialistas procuram semear ilusões acerca de uma evolução da política portuguesa no sentido da «descolonização», criar condições que facilitem a execução das suas conspirações e dos seus crimes terroristas, afrouxar a luta do povo português contra o colonialismo e guerra colonial, enganar a opinião pública internacional, levar a uma diminuição da ajuda internacional aos movimentos de libertação e conseguir um auxílio mais directo e vultuoso do imperialismo.

Firmemente ao lado dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, o PCP considera que o desmascaramento da política colonialista de guerra e de terror do governo de M. Caetano, é de particular importância para o esclarecimento das reais perspectivas de luta, para se fazer frente com sucesso a tal política, para que se reforce a ajuda multiforme de todas as forças anti-imperialistas aos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

3. O governo de M. Caetano não poderia prosseguir esta política se não recebesse ajuda militar, financeira, diplomática, dos grandes países imperialistas, particularmente dos Estados Unidos, França, Inglaterra, República Federal Alemã. Embora procurem esconder essa ajuda dos respectivos povos e da opinião pública internacional, que com crescente vigor, condenam o colonialismo português, os governos dos grandes países imperialistas têm uma grandíssima responsabilidade no prosseguimento da política de agressão, terror e guerra levada a cabo contra os povos africanos pelo governo fascista e colonialista português. Eles são cúmplices dos crimes dos fascistas e colonialistas portugueses. Eles têm uma quota de responsabilidade no assassinato de Amílcar Cabral.

Urge desmascarar, dificultar, exigir que cesse a ajuda dos países imperialistas ao fascismo e colonialismo português.

continua na pág. 4





## MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

- Dar réplica à repressão
- Dar combate a desvios
- Prosseguir na ofensiva política

Grandes Plenários distritais, nomeadamente em Lisboa e no Porto, e amplas assembleias concelhias e de sectores específicos, nomeadamente na Margem Sul, Oeste, Ribatejo, de estudantes, de mulheres e de jovens trabalhadores, uns e outros voltados para a reorganização, estruturação e definição das tarefas políticas; fortalecimento e criação de comissões de freguesia, socio-profissionais e outras estruturas de base; reuniões nacionais lar-

gamente representativas para a preparação do Congresso da Oposição Democrática e da campanha do recenseamento; aproveitamento do 31 de Janeiro para a realização de reuniões públicas, nomeadamente nos distritos do Norte e em Évora; publicação de vários documentos sobre o recenseamento; consolidação e alargamento da unidade; — tais foram os aspectos mais salientes que caracterizaram a actividade democrática nos meses de Dezembro e Janeiro.

O desenvolvimento do movimento democrático é, assim, uma realidade que se reafirma e constitui um dos dados mais positivos da presente situação política.

A dissolução da Comissão de Recenseamento da Marinha Grande, a proibição da sessão organizada pelos democratas do Porto para comemorar o 31 de Janeiro, os entraves postos pelos governadores civis à concretização de outras iniciativas, pela mesma data, os vômitos de ódio despejados na A.N. fascista pelo engémino Casal Ribeiro e outros, são sintomas da crescente inquietação e terror por parte de M. Caetano e da sua camarilha ante o desenvolvimento da actividade da Oposição Democrática. O movimento democrático não deve deixar estes factos sem resposta e tem de preparar a massa dos seus activistas para fazer frente e dar réplica adequada a novas restrições e investidas da repressão fascista.

Mas não só a repressão representa um perigo para o desenvolvimento em curso. No interior do movimento continuam a manifestar-se tendências que podem afectar a sua marcha.

há que estar particularmente vigilante em relação a concepções legalistas que se manifestaram ultimamente, de modo particular, em torno da campanha do recenseamento. Estas concepções, partindo do princípio da aceitação da legalidade possível, tendem a estreitar o conteúdo do movimento, a despojar-lo dos seus objectivos fundamentais, a encaminhá-lo para uma actividade predominantemente cívica. A acção específica em torno do recenseamento tem que ser combinada com a luta pelos objectivos fundamentais do movimento democrático, isto é, fim do fascismo, conquista das liberdades, fim das guerras coloniais.

há que continuar a dar combate às concepções daqueles que proclamando propõem-se fazer um aproveitamento revolucionário do período eleitoral procuram sabotar a realização de todas as tarefas práticas que um tal aproveitamento pressupõe, desde um trabalho de massas em torno do recenseamento até ao anúncio do propósito de intervir nas eleições fascistas e de apresentar candidatos. De entre estes uma vigilância especial é exigida em relação aos que, discordando do próprio movimento, procuram fazer parte das suas estruturas para realizarem um trabalho de sapa e divisão e, subrepticamente, à sombra da actividade geral, tentarem engrossar as suas capelinhas de tendência.

há que manter uma posição de firme rejeição ante concepções que visam a revisão e substituição dos objectivos, orientação, métodos de estruturação e actualização do movimento democrático. Estas concepções procuram, sobretudo, reduzir o papel das

grandes assembleias e das bases e a função do debate democrático dentro do movimento. Combatendo o «basismo», há que criar órgãos estáveis de direcção e coordenação; paralelamente há que continuar a fortalecer o papel dos grandes plenários e assembleias e o trabalho das bases, há que fazer chegar até à direcção do movimento os activistas que mais se destacam nesta actividade, nomeadamente operários e outros trabalhadores. Isto não deve significar qualquer transigência em relação ao slogan «guerra às personalidades» que certos «esquerdistas» agitam com propósitos divisionistas e tendo em vista impedir que personalidades democráticas com um largo passado de luta antifascista e reconhecidas pelas massas como dirigentes do movimento democrático participem na sua direcção.

Ao mesmo tempo que se desenvolve e fortalece, o movimento democrático tem que intensificar a propaganda, a agitação, o esclarecimento político e encontrar as mais variadas formas para chegar até às massas.

O movimento democrático tem que tornar público o seu ponto de vista sobre a política fascista e os factos mais salientes que se vão produzindo na actualidade.

## VOTO AOS 18 ANOS exige a juventude

Defendida nas intervenções de muitos jovens nos actos comemorativos do 5 de Outubro, a reivindicção do direito de voto aos 18 anos está a tornar-se num objectivo de luta em torno do qual se movimentam largos grupos de jovens trabalhadores e democratas de muitas localidades, nomeadamente no Ribatejo, Oeste e Margem Sul do Tejo.

Também a União dos Estudantes Comunistas apontou esta direcção de actividade aos estudantes democratas exortando-os no nº 6 do «U.E.C.»: «Ombro com ombro com a juventude trabalhadora os estudantes devem levantar a reivindicação do voto aos 18 anos».

Em vários documentos sobre o recenseamento esta reivindicação da juventude é apoiada pelas comissões democráticas que os subscrevem. Numa representação enviada ao Presidente do Conselho, largas dezenas de democratas que se constituíram em Comissão Democrática do Recenseamento argumentam: «Não se compreende que aos cidadãos maiores de 18 anos sejam exigidas obrigações militares e responsabilidades políticas-penais e já não lhes seja permitido exercer o direito de inscrição nos cadernos eleitorais».

A reivindicação do direito de voto aos 18 anos, que é já um motivo de acção de muitos núcleos juvenis, pode transformar-se num factor de aglutinação das mais largas camadas da juventude, num primeiro passo para a sua movimentação unida em torno de outras reivindicações maiores.

## UNIDADE, boatos e intrigas

Não é a primeira vez que, quando se dão sérios passos para o fortalecimento e alargamento da unidade no movimento democrático, logo surgem boatos e intrigas a dificultarem o processo unitário.

Tal se está verificando uma vez mais. Desta vez, os boatos incidem particularmente acerca de supostas contradições entre o amplo trabalho unitário nas estruturas democráticas existentes e encontros e «combinações de topo», que teria havido entre sectores políticos antifascistas. Porque o Partido Comunista Português é particularmente visado, isso nos obriga a fazer um esclarecimento.

Como é sabido, o PCP defende a unidade democrática sem discriminações. Atribui enorme importância às actuais estruturas do movimento democrático e à unidade que nelas se estabeleceu entre democratas de diferentes correntes políticas. Da elevação ao papel das amplas comissões e ao seu funcionamento democrático, assim como ao de destacados democratas, que, pelas suas posições e pela sua actividade, são justamente reconhecidos como dirigentes da Oposição, embora muitos deles não pertençam a qualquer organização ou corrente partidária. Considera que cabe ao movimento democrático, como movimento unitário, segundo as suas próprias formas de organização e actividade e tendo em conta as diversidades regionais e em vários casos a diversidade das estruturas formadas com objectivos concretos de acção, definir a sua própria orientação.

Como é igualmente sabido, o PCP considera que, para a luta contra a ditadura fascista, contra a guerra colonial, pela liberdade política, pelos outros objectivos da luta popular, é indispensável reforçar os contactos, trocas de opiniões, ligações e cooperação regular entre representantes das várias correntes políticas portuguesas, o que, nas actuais condições, só claudesantemente pode ser realizado.

De há muito o PCP defende a necessidade do reforço do trabalho clandestino, de formas clandestinas de cooperação e unidade antifascista numa base bilateral

e multilateral. O PCP tem realizado e continua a realizar contactos e encontros com representantes válidos de todos os sectores políticos da Oposição que desejem encontrar-se e cooperar com o PCP.

Torna-se ao mesmo tempo completamente claro que o PCP, em nenhum caso, estabelece acordos de costas voltadas para o que existe de concreto na unidade democrática; que não tem contactos ou ligações preferenciais e que tem rejeitado propostas de acordos ou declarações unitárias bilaterais de carácter preferencial; que é contra a conclusão de acordos com quaisquer correntes em prejuízo da acção unitária com outras.

Desmentem-se assim certos boatos que ultimamente circularam e em que mentrosamente se chegam a citar nomes de dirigentes do PCP. Admitimos que alguns desses boatos sejam mais o resultado de dúvidas e interrogações, do que de um propósito de intriga política. Respondemos serenamente a dúvidas e interrogações. Mas, se alguém pensar utilizar o boato e a intriga jogando com o nome do PCP e de dirigentes do PCP para inquirar a unidade e dificultar o processo do seu reforço, pode estar certo de que encontrará pela frente o claro desmentido e o firme combate do PCP.

Os boatos, malévolos ou não, perturbam a actividade dos democratas. Estes devem manter-se confiantes e firmes, combater o boato e a intriga, e, em caso de dúvidas, procurarem rapidamente os necessários esclarecimentos onde eles podem ser dados. O PCP está sempre pronto a esclarecer tudo quanto respeita à sua actividade e à sua política de unidade.

A hora é para o reforço da unidade de acção de todos os democratas. Deram-se nesse sentido importantes passos e as condições são favoráveis para que novos passos sejam dados.

Os democratas de todas as correntes políticas podem confiar na completa lealdade do PCP, podem confiar que o PCP não poupará esforços para o sucesso do movimento unitário da Oposição democrática portuguesa.



## LUTAS DA CARRIS DE LISBOA E PORTO

Tal como já se verificou em Outubro, os **trabalhadores da Carris de Lisboa** promoveram uma nova acção de recusa às «dobras», na semana de 17 a 24 de Dezembro, como forma de luta contra as horas extraordinárias e por aumento de salários. As faltas às «dobras» estenderam-se a todas as estações e houve algumas onde a falta de pessoal deu origem a que não saíssem, nessa semana, uma média diária de 25 a 30 carros. Houve mesmo carreiras que foram suspensas.

Numa tentativa de neutralizar os trabalhadores da Carris e desviar-lhes a luta frontal com a Administração da empresa, um tal Pimenta, lacaio dos patrões ingleses, promoveu um abaixo-assinado onde se pede melhores condições de vida, mas através de um subsídio do governo à empresa. Com esta manobra a empresa imperialista inglesa procura fazer crer que não pode aumentar os salários dos trabalhadores e levar estes a lutar por um subsídio do governo.

**Para os trabalhadores da Carris de Lisboa que lutam contra as «dobras», assim como para os do Porto, que fizeram várias paralisações de trabalho pelo pagamento do 7.º dia, a actualização dos salários é a reivindicação mais imediata.** Já mais de 4 anos que os seus salários não são aumentados e todos sabem que nesses anos houve um brutal aumento do custo de vida. Mas os salários só serão aumentados se os trabalhadores dos transportes de Lisboa e do Porto alargarem a sua luta, a sua unidade e organização. Isso exige criar diversas comissões que organizem pequenas e grandes reuniões, concentrações em cada oficina ou estação, recorrendo a formas de luta como a «cerca», recusa geral às «dobras», paralisações e greves, e sem esquecer o magnífico exemplo de 1968 de recusa a cobrar bilhetes.

## GREVE DE 10 DIAS dos assalariados de Alpiarça

No dia 5 de Novembro, uma parte dos **assalariados agrícolas de Alpiarça decidiram não trabalhar por menos de 100\$00**, mas como não ganharam para essa ideia muitos outros trabalhadores, apenas 30%, aderiram a tal decisão. Depois de realizarem novas discussões e reuniões, no dia 19 foi renovada a mesma palavra de ordem, à qual logo aderiram 90% dos trabalhadores. Os restantes 10%, também aderiram, depois de convencidos pelos piquetes de greve colocados às saídas da vila. **Assim se puseram em greve, até ao dia 29, cerca de 600 assalariados agrícolas.**

No dia 21 realizou-se uma reunião na Casa do Povo, entre a Direcção e uma comissão de trabalhadores, os quais exigiram dos lavradores a jornada de 100\$00 até ao fim do ano e 120\$00 a partir de Janeiro. Os lavradores propuseram pagar 15\$00 à hora, o que foi rejeitado pelos assalariados que já estavam ganhando 90\$00 diários com um horário de cerca de 5 horas e meia.

No dia 26, cerca de 200 assalariados concentraram-se de novo

na Casa do Povo, onde foi eleita uma Comissão que se ajuntou no dia seguinte, no Grémio da Lavoura de Santarém, com representantes dos lavradores. Estes tornaram a insistir na proposta de 15\$00 à hora, o que os assalariados voltaram a rejeitar. No dia 28 à noite, os lavradores reuniram-se no Grémio de Alpiarça, onde os assalariados se concentraram. **Os agrários acabaram por ceder e no dia 30 todos voltaram a trabalhar, conquistando assim a jornada de 100\$00 diários.**

**A luta continua** — No dia 23 de Dezembro, cerca de 250 assalariados reuniram-se na Casa do Povo para discutirem o problema do desemprego e das jornadas, dado que o aumento havido era só até ao fim do ano e os trabalhadores pediam 120\$00 a partir de Janeiro. Aí, decidiram baixar o pedido para 110\$00. Como os agrários rejeitaram essa proposta, os trabalhadores decidiram fazer «greve da cereja», forma de luta que se mantem por os lavradores se recusarem a pagar os 110\$00 pedidos.

## GREVES DE PESCADORES em Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz!

Os pescadores da pesca de arrastão vinham reclamando várias reivindicações que os armadores se recusavam a satisfazer. Por tal razão, no dia 1 de Janeiro, data da assinatura da nova matrícula, a totalidade dos pescadores dos arrastões de Matosinhos (mais de 30 «arrastões»), assim como os pescadores dos arrastões de Aveiro e Figueira da Foz, recusaram-se a assinar a matrícula e lançaram-se em greve.

Os pescadores reivindicam, entre outras coisas:

- aumento de ordenado e da chamada caldeirada;
- descanso ao domingo

— férias pagas consoante os anos de trabalho e proporcionais ao rendimento do barco.

No dia 2, realizou-se uma reunião de pescadores e mestres convocada pelo Comandante fascista do porto de Matosinhos. Vários mestres deram inteira razão aos pescadores. Mas um deles, o mestre Tourinho, ao defender que fossem para o mar, logo recebeu uma rápida resposta: houve pescadores que lhe escarraram na cara.

No dia 5 ou 6, o comandante voltou a convocar nova reunião a que os pescadores não foram, dando a seguinte resposta: «**não queremos conversa!**» O mestre Armando, ao tentar arrastar alguns pescadores para irem para o mar, teve a merecida resposta: **apanhou uma valente sova!**

No dia 15, chegou a Matosinhos, para descarregar peixe, um arrastão do porto de Lisboa. Os pescadores, que se mantem unidos e organizados em piquetes de greve que até de noite funcionam, preveniram os colegas de Lisboa para que nem sequer tentassem descarregar o peixe. A disposição dos pescadores de Matosinhos era tal que até o comandante do porto acorreu e disse ao mestre do arrastão para se ir embora e descarregar o peixe noutro porto.

O «Avante!» saluda os valentes pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz por esta magnífica greve que já dura 15 dias. O «Avante!» incita os pescadores dos arrastões de outros portos, assim como os pescadores das traineiras, a apoiar os seus companheiros em greve e a lutarem, eles também, pelas suas reivindicações.

## 45 HORAS SEMANAIS CONQUISTA DOS OPERÁRIOS DA SOREFAME

Em Setembro do ano passado, os trabalhadores da **Sorefame, em Lisboa**, decidiram formar uma comissão representativa de todas as secções da empresa, dando assim forma organizada ao espírito de luta reinante entre todos os trabalhadores, que exigiam, entre outras, as seguintes reivindicações:

- redução do horário de trabalho para 45 horas semanais
- aumento de salários
- critério de promoção diferente do actual
- feriado no dia 1.º de Maio.

No decorrer de diversas acções levadas a cabo pela comissão, com o apoio de todos os trabalhadores, realizaram-se reuniões de operários e destes com delegados da Administração, publicaram-se comunicados, etc. **Através da sua luta e da sua unidade, os trabalhadores da Sorefame conquistaram uma importante vitória:**

- a redução do horário de trabalho para 45 horas semanais!

Ainda não se conhece o montante do aumento dos salários, mas a Administração da empresa já comunicou que em Janeiro procederá à alteração das remunerações. **O horário de trabalho do turno da noite também foi reduzido para 42,5 horas semanais e os operários que estudam largarão o trabalho, todos os dias, uma hora mais cedo.**

Apesar de haver outras reivindicações que ainda não foram obtidas e de não se saber se o prometido aumento de salários corresponde ou não ao aumento do custo de vida, a vitória parcial que os operários da Sorefame já obtiveram tem grande significado para todos os trabalhadores e muito particularmente para os metalúrgicos. Enquanto o patronato e o governo tentam, e por vezes conseguem mesmo impor, uma jornada de trabalho para além das 48 horas, os trabalhadores da Sorefame conquistaram a jornada de 45 horas semanais. Esta vitória é, pois, um magnífico exemplo para todos os trabalhadores e mostra-lhes que sendo justo e necessário alargar a luta no terreno sindical é na empresa, enfrentando o patronato de forma unida, firme e organizada, que as principais reivindicações podem ser mais rapidamente conquistadas.

## Vitória na ADPL

OS TRABALHADORES DA ADPL (porto de Lisboa), CONQUISTARAM SENSÍVEIS AUMENTOS DE SALÁRIOS, passaram a receber subsídios de horas extraordinárias etc. A Administração dessa empresa e a ADPL decidiram acordar com as acções repressivas para intimidar os trabalhadores, que nos meses transactos recorreram a uma paralisação de trabalhos, fúria dos abaixo-assinados, etc. Apesar dessa repressão, o patronato foi forçado a ceder, pois os trabalhadores não deixaram de lutar e a ADPL não tivesse desistido das suas lutas que travaram nos últimos meses.

## Manifestação de rua dos bancários de Lisboa

Há três anos que os salários dos bancários não são actualizados e há já um ano que os bancários, com o apoio dos seus sindicatos, vem lutando pela actualização dos salários e por um novo CCT. Num abaixo-assinado que corre entre a classe, afirma-se que o aumento do custo de vida verificado entre Abril de 1970 e Dezembro de 1972 foi de 42%, o que significa «um agravamento que atingiu níveis sem precedentes de deterioração do poder de compra dos trabalhadores».

Apesar disto tudo, os tubarões da banca que arrecadam anualmente centenas de milhões de contos de lúcrus, extorquidos à miséria dos trabalhadores, recusam-se a satisfazer as legítimas reivindicações dos bancários. Em oposição às propostas dos sindicatos, o Grémio apresentou um contraproposta que não respeita o actual CCT e que representa a anulação de importantes regalias anteriormente conquistadas.

MUITOS MILHARES DE BANCÁRIOS DE TODO O PAÍS TÊM

PARTICIPADO EM RECENTES ASSEMBLEIAS SINDICAIS REALIZADAS EM LISBOA, PORTO E COIMBRA. Nessas Assembleias, a classe tem rigorosamente denunciado as manobras dilatórias dos banqueiros e do INTP, e tem demonstrado a sua firme disposição de prosseguir na luta até à obtenção das suas justas reivindicações.

Em conjugação com a luta no plano sindical, no dia 4 de Janeiro, MUITAS CENTENAS DE BANCÁRIOS DE LISBOA DESFILARAM PELOS PASSEIOS DA RUA DO OURO, DAS 13 ÀS 14 HORAS, RASGANDO E DEITANDO À RUA OS EXEMPLARES DA CONTRA-PROPOSTA DO GRÉMIO. A população manifestou a sua simpatia pelos bancários, mas os banqueiros apressaram-se a requisitar a polícia de choque que prontamente compareceu, tapando os extremos da rua, para impedir a continuação da manifestação.



# Declaração do PCP

continuação da pág. 1.  
4. A situação exige o reforço do apoio e da ajuda a todas as forças anti-imperialistas do mundo aos movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, aos seus partidos revolucionários (PAIGC, MPLA, FRELIMO) aos seus devotados dirigentes que continuam a ser, sem dúvida alguma, um alvo do terrorismo do colonialismo português.

Da parte do povo português a situação exige o reforço da solidariedade à justa luta dos povos das colónias portuguesas, a intensificação das acções contra a guerra colonial e contra o colonialismo português.

Que se levante uma onda de protestos contra o vil assassinato de Amílcar Cabral;

Que se exija o fim imediato da guerra colonial, com o reconhecimento aos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola do direito à completa e imediata independência;

Que se exija o termo imediato da política de terrorismo, do assassinato, da conspiração e da agressão em África;

Que o amplo movimento do opinião democrática portuguesa contra a guerra colonial se transforme num vigoroso movimento de massas; Que aumente a resistência dos soldados e oficiais contra a guerra colonial; Que se multipliquem as deserções e se reforce a acção revolucionária nas forças armadas;

Que tanto em Portugal como em África se organizem protestos que abalem a disciplina fascista, se organize a resistência passiva a ordens superiores, actos de sabotagem, não cumprimento de missões embora simulando tê-las cumprido.

Que se prossiga o caminho das acções armadas dirigidas directamente contra o aparelho militar do colonialismo.

A luta contra a guerra colonial e o colonialismo é, não só a expressão da solidariedade fraternal dos comunistas, dos democratas, dos trabalhadores, do povo de Portugal, para com os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e seus partidos revolucionários, como uma das principais direcções da luta do povo português contra a ditadura fascista que o oprime, da luta do povo português pela sua própria liberdade, pela sua própria e verdadeira independência nacional.

Os inimigos dos povos das colónias portuguesas e do povo português, são os mesmos. Os que assassinam os dirigentes e os combatentes dos movimentos de libertação nacional, são os mesmos que prendem, torturam, condenam, assassinam dirigentes e militantes da classe operária e das forças democráticas portuguesas. As lutas dos povos das colónias portuguesas e do povo português são lutas estreitamente solidárias.

A solidariedade activa para com os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, é em si mesma, uma expressão dos interesses profundos e vitais do próprio povo português.

21 de Janeiro de 1973

Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português

## QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

Abalo o fascismo	15000	Metalúrgico comunista	812500
idem	15000	Metalúrgico vermelho	150000
Abel Salazar	200000	Natal	600000
Alentejano vermelho	50000	Niemeyer	80000
Aliança operária e			80000
campesã	2.000.000	Organização: uma tarefa	80000
Alvaro Canhal	810000	decidida	500000
Amnistia	90000	idem	1.000.000
ar	100000	Para o reforço das estru-	
Bento Carapa	100000	turas clandestinas	120000
idem	2.000.000	P. o 30º Anio, do P.C.P.	2.000.000
idem	1.000.000	P. Revol. Democr. e Nec.	1.300.000
idem	30.000.000	Pedro Soares	1.000.000
idem	100.000	Pelo Povo do Vietnam	700000
Canais Rocha	1.000.000	Pelo Socialismo em Portugal	200000
Catarina Eufémia	500000	idem	400000
idem	100000	Reforma Agrária	800000
Defesa do Partido, tarefa	200000	Revolução de Outubro	5.000.000
idem	250000	Rogério de Carvalho	100000
Dias Lourenço	350000	idem	500000
Diniz Miranda	700000	idem	50000
idem	60000	Serra Vermelha	2.600.000
Federação Sindical Mundial	200000	idem	500000
Gloria a Bento Gonçalves	75000	Um Jovem comunista	50000
Gogol	10000	idem	50000
idem	10000	Um simpatisante dos ar-	
Ido	1.000.000	redores do Porto	20000
Ido-Chi-Minh	60000	idem	20000
idem	60000	idem	20000
José Magro	150000	Vizão P.C.P.	20000
José comunista	500000	Vizão P.C.P. Português	200000
Juventude Vermelha	200000	Vizão Revolução	15000
Lenine	800000	idem	20000
Liberdade para		idem	20000
Angelo Veloso	100000	idem	20000
Canal de Matos	100000	Vizão a Revolução Democrá-	
Canais Rocha	100000	e Nacional	50000
Diniz Miranda	100000	idem	100000
Jorge Araújo	100000	idem	300000
José Magro	100000	idem	20000
Júlio Pinto	100000	Vizão a Revolução Democrática	20000
Rogério Carvalho	100000	Vizão a Revolução Socialista	20000
Ufina	100000	idem	20000
Ursula Machado	100000	Vizão U.R.S.S.	2.000.000
Manuel Rodrigues da Silva	200000	idem	10000
Marcelino Vermelho	500000	Vizão	30000
Médico Vermelho	500000	Total:	82.578500
Memórias Che Guevara	30000		

# LUTAS DA INTELECTUALIDADE

Os professores do ensino secundário prosseguem a luta por aumento de vencimentos, pelo pagamento das férias a todos os professores, por um estatuto do professor que seja submetido a avaliação dentro da classe, por uma associação de professores que defenda e represente colectivamente os interesses da classe, pela melhoria do ensino e dos métodos pedagógicos. Estes grandes objectivos de acção foram alcançados logo no início do ano lectivo, em Outubro, num comunicado aprovado numa reunião nacional dos Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário.

Nos meses de Outubro e Novembro, realizaram-se, em Lisboa, quatro colóquios sobre a situação do professor e do ensino que tiveram larga participação de professores de todo o país, calculada em cerca de 300, em cada colóquio. No último foi aprovada uma moção para se enviar ao M.E.N. na qual se sintetizaram as principais reivindicações e aspirações dos professores do ensino secundário, nomeadamente o direito de férias reatadas nas escolas e a necessidade de uma Associação de Professores.

Em Dezembro, num acto comunicado dos Grupos de Estado é apreciada a situação dos professores face ao voto de um mês de ordenado, que muitos não receberam por terem sido colocados em Agosto e Setembro na situação de desemprego sem direito a férias ou terem sido arbitrariamente coloca-

dos fora da derida altura, como se dia não comunicado.

Numa situação ambigua que decorre dos balbutes das reformas V. Simão continuados com as importações do Baltazar, os estagiários de prática clínica debatem-se com agudos problemas.

A sua situação é por eles próprios definida nestes termos: «não somos médicos, nem alunos — não temos direitos nem deveres — a nossa situação está sujeita a interpretações particularizadas e variáveis conforme as ocasiões».

Os cursos de 75-73 encetaram a partir de Outubro um processo de luta que se tem revestido de muita combatividade, particularmente no Porto onde a situação é mais grave, com ampla informados, grandes reuniões de curso, concentrações e greves.

Os estagiários conseguiram impor o voto dos cursos ainda em 1972, coisa em que as autoridades escolares não pareciam muito interessadas, e têm chido outras pequenas vitórias. A luta continua em torno de grandes reivindicações estabelecidas numa reunião de curso efectuada em fins de Dezembro no Porto. As mais importantes são a reorganização do decreto-lei 315-71 (que regula a prática clínica), a passagem ao interato polivalente; e, em consequência, a extensão do estágio aos hospitais civis e a frequência dos Serviços de Urgência com os seus direitos do restante pessoal médico.

## Movimento Democrático

continuação da pág. 2  
lidade política portuguesa.

As crescentes dificuldades com que a política colonialista da ditadura fascista se está a defrontar em consequência dos crescentes sucessos do movimento de libertação nacional, da severa condenação internacional do colonialismo português, da luta do nosso povo contra a guerra colonial; a comunicação feita por M. Caetano em 15-1-73 que reflete com nitidez aquelas dificuldades; os novos Estatutos das colónias como uma nova manobra para dar cobertura política ao prosseguimento da exploração e guerra colonial; o assassinato de Amílcar Cabral; todas as medidas do governo tendentes a intensificar o esforço de guerra — são factos perante os quais o movimento democrático não pode ficar silencioso.

O movimento democrático tem de encontrar a forma justa de abordar a seu nível a luta por fim à guerra colonial e a denúncia do colonialismo e não pode agitar, em caso nenhum, o tabu oficial em relação a estas questões.

O movimento democrático tem que repelir resolutamente certas aforasções de preconceitos colonialistas ou de baixo oportunismo que podem surgir nas suas fileiras e que surgiram, recentemente, em projectos de documentos sobre o recenseamento nos quais se considera-

vam os povos submetidos ao colonialismo português como fazendo do parte do «país», isto é, de Portugal. Nós, comunistas, opor-nos-emos firmemente a quaisquer vergenhosas concepções neo-colonialistas que se manifestem na Oposição e combateremos com firmeza o oportunismo.

Para além da questão colonial, outros factos reclamam tomadas de posição por parte do movimento democrático: a agudização da exploração das massas trabalhadoras e o congelamento de salários; as novas medidas do governo para sufocar o movimento sindical, nomeadamente a diversidade de golpes que está a adoptar para impedir, nos S.N., a eleição de direcções da confiança dos trabalhadores; a acção desenfreada da Pide-DGS e as torturas infligidas por ela aos presos políticos; a anunciada «reforma do ensino» e a demagogia que os fascistas desenvolvem à sua volta; a crescente dominação do imperialismo estrangeiro de que a concessão da construção das auto-estradas é um flagrante exemplo; a aceleração do processo de concentração monopolista que abundam as manifestações; as divisões no campo fascista e a descolagem de alguns dos mais notáveis colaboracionistas; a redução do papel da Assembleia Nacional com a qual M. Caetano se previne contra o excesso de iniciativa de futuros «liberalizantes» ou eventuais defecções.

O anúncio, por parte do movimento democrático, do propósito de intervir nas eleições fascistas e de apresentar candidatos facilitará com certeza, a intensificação da ofensiva política e a ampla difusão das suas apreciações e respostas sobre as questões mais candentes de actualidade nacional.

## Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 das 8,30 em 19, 20, 20,8 e 25 metros. Das 24,20 das 24,50, em 25, 26, 32 e 36 metros. Das 19 das 21 em 19 e 25 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.



# 50º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA URSS

A convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelas camaradas Álvaro Cunhal, secretário geral do Partido, e Sérgio Wilariques, membro do Secretariado do Comité Central, assistiu às comemorações do 50º aniversário da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Durante essas comemorações, na sessão solene realizada no dia 23 de Dezembro passado no grande teatro de Moscovo, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou um discurso de saudação, cujo texto damos a seguir.

Queridos camaradas:

É para nós grande alegria e honra termos vindo transmitir ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético as saudações calorosas do Partido Comunista Português por motivo do 50º aniversário da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A fundação do Estado soviético multinacional, resultado directo da Revolução de Outubro, foi um acontecimento capital para os sucessos ulteriores do primeiro país socialista e para a radical modificação da vida de nações e povos que, outrora explorados, oprimidos e atrasados, constituem hoje um exaltante exemplo de progresso para toda a humanidade.

Aproximados pela democracia socialista, pela economia unificada, pelos objectivos comuns, pela obra comum, pelas lutas e sacrificios comuns, pela ideologia comum do marxismo-leninismo, as nacionalidades e povos da URSS, guiados pelo seu glorioso Partido, criaram essa maravilhosa comunidade social, política e ética, o povo soviético multinacional, que caminha na vanguarda de todas as grandes transformações revolucionárias da nossa época.

Por isso, quando saudamos o povo soviético, estamos saudando os povos russo, ucraniano, uzbéque, belorusso, kazak, adzerbaijano, arménio, georgiano, moldavo, lituano, tadjik, turkmeno, kirguize, letão e estónio, os

povos das 20 Repúblicas Socialistas Soviéticas Autónomas, das 8 Regiões Autónomas e dos 10 Distritos Nacionais, todos os povos e etnias da URSS, toda essa nova e imensa comunidade de 250 milhões de seres, irmanados no ideal do comunismo, no patriotismo socialista, no internacionalismo proletário.

A todos temos no coração e a todos envolvemos na imensa gratidão que, nós, como representantes de um partido lutando há quase meio século nas duras condições de clandestinidade, sentimos para com o Partido Comunista da União Soviética e para com o povo soviético.

Cada revolução socialista é motivo de glória dos trabalhadores e dos comunistas do país respectivo. Cada destacamento do proletariado internacional, cada povo em luta contra o imperialismo tem legítimo orgulho na sua história. Mas, neste meio século, não há vitórias nem progressos de forças revolucionárias que não estejam ligadas à existência da URSS, à influência mundial das suas realizações, ao apoio e solidariedade do povo soviético, aos exemplos e ensinamentos do Partido de Lénine.

A questão nacional apresenta características específicas em cada país, segundo o estágio de desenvolvimento social, as particularidades dos factores históricos, a etapa da revolução em curso, o carácter e os termos das relações económicas e políticas com os outros países. Mas a experiência soviética encerra ensinamentos de validade universal.

A experiência soviética ensina que a conquista do poder pela classe operária, a abolição da exploração do homem pelo homem e das classes antagónicas, são condições fundamentais para a solução da questão nacional. Ensina que a igualdade e a fraternidade das nações não se alcançam através do nacionalismo burguês, da estreiteza nacional, de tendências chauvinistas de grande ou de pequena potência, mas no quadro da identidade de interesses dos trabalhadores unidos na construção da nova sociedade, através da aplicação dos princípios leninistas, de uma política inspirada pelo internacionalismo proletário.

Para o Partido Comunista Português, na sua luta pela verdadeira independência nacional; na sua luta pelo reconhecimento aos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, hoje submetidos ao colonialismo português, do direito à completa e imediata independência; na tomada de posição ante os problemas concretos relativos à revolução e às nacionalidades, que o processo revolucionário incessantemente coloca em todo o mundo; — a teoria e a política leninista das nacionalidades, os princípios enunciados por Lénine, são a bússola correcta e certa.

Neste Cinquentenário glorioso, fazemos ardentes votos pelo prosseguimento dos êxitos e vitórias do povo soviético guiado pelo seu Partido. Esses êxitos e vitórias não são apenas para o bem do homem soviético. Eles constituem uma alta contribuição para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos ainda submetidos ao jugo do capital e do imperialismo, e apontam o caminho para um futuro de amizade, de cooperação e de paz, de todas as nações e povos do nosso planeta.

Viva a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o povo soviético multinacional, construtor do comunismo!

Viva o glorioso Partido Comunista da União Soviética!

Viva a unidade dos países socialistas, do movimento comunista internacional, de todas as forças anti-imperialistas!

Viva o marxismo-leninismo! Viva o internacionalismo proletário!

## Encontro entre o PCP e o PCUS

Em fins de Dezembro, a camarada Boris Panomariov, membro suplente do Bureau Político do C.C. do PCUS, recebeu o camarada A. Cunhal, secretário geral do PCP. No decorrer da conversa, que se realizou numa atmosfera calorosa e amigável, teve lugar uma troca de opiniões sobre questões actuais da situação internacional e do movimento comunista internacional e também sobre outras questões de interesse comum. Os representantes do PCUS e do PCP reafirmaram a completa identidade de pontos de vista em todas as questões consideradas. Na conversa tomou parte o membro da Comissão Central de Revisão do PCUS e director substituto da secção internacional, V.V. Zajtinski.

## DO PC DO JAPÃO

O CC do PCP recebeu do CC do PC do Japão uma carta agradecendo a saudação do PCP pelo 50º aniversário do PCJ, cujo texto foi publicado no órgão central «Akahata».

## O XXº CONGRESSO do Partido Comunista Francês

Com a participação de 1.236 delegados e 71 delegações de partidos comunistas e operários e de partidos nacionais democráticos, realizou-se de 13 a 17 de Dezembro o XX Congresso do Partido Comunista Francês.

Efectuado num momento muito importante da vida política francesa e sob a consigna da união popular em volta do programa comum de governo das forças de esquerda agrupando os comunistas, socialistas e esquerda radical, o XX Congresso do PCF constituiu um grande sucesso. O Congresso confirmou que o PCF é o grande partido da classe operária francesa, o principal dirigente e o dinamizador da luta do povo francês contra todas as forças

reaccionárias e o poder dos monopólios. O novo Comité Central eleito pelo Congresso elegeu os camaradas Waldeck Rochet presidente de honra do Partido e Georges Marchais secretário geral.

No Congresso esteve presente uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada José Vitoriano, membro do CC. Na saudação do novo CC ao Congresso faz-se referência à importância do momento político que se vive em França e ao particular papel de destaque desempenhado pelo PCF e diz-se, entre outras coisas:

«Dirigida pela vanguarda revolucionária, o grande e experimentado Partido Comunista Francês, a classe operária francesa, com as suas históricas tradições revolucionárias, o seu grande espírito internacionalista e a sua combatividade, dá, com a sua luta, uma poderosa contribuição à luta de todos os povos do mundo.

Os Comunistas, a classe operária e todos os homens progressistas de Portugal seguem sempre com um vivo interesse a luta do vosso Partido e da classe operária francesa pela democracia, pela paz e pelo socialismo. Os vossos sucessos ou insucessos sentimo-los como se de nós próprios fossem.»

E a terminar: «Permiti, queridos camaradas, que aproveitemos o vosso Congresso para mais uma vez manifestarmos o profundo reconhecimento do nosso Partido e da classe operária portuguesa pela solidariedade da classe operária francesa e do seu Partido, o glorioso Partido Comunista Francês».

## ELEIÇÕES SINDICAIS

Não decorrer dos próximos meses terá lugar em vários sindicatos a realização de eleições. É preciso que os trabalhadores em cujos sindicatos elas se realizam não descuram um momento e batalhem a favor para conseguirem eleger as suas listas. É preciso estar atentos e vigilantes contra todas as manobras dos fascistas e dos reitores do patronato, contra as falcatruas e burras, contra as provocações e processos de intimidação para desencorajar os trabalhadores, para lhes fazer perderem a paciência e abandonarem as assembleias, deixando os fascistas e os seus acólitos a sós com as urnas para corromperem a vontade os resultados.

Os membros das listas da classe, os promotores das listas, os trabalhadores, devem manter-se nas assembleias até ao fim do escrutínio, controlarem os resultados e imputarem as eleições se verificarem que foram cometidas irregularidades. Avante pela eleição de novas listas de confiança da classe! Pela expulsão dos sindicatos dos fascistas e dos burocratas.

## Ainda o 7 de Novembro

Atém das acções já assinaladas no «Avante» de Dezembro, em comemoração da Grande Revolução de Outubro, diversas outras se realizaram em variados pontos do país. Várias dessas acções associaram a comemoração do 7 de Novembro às comemorações do 50º aniversário da URSS.

Foram feitas muito grandes inscrições na estrada POVO-ESPANHOL onde se lê: «VIVA A URSS! VIVA O PCP! ABANCO O FASCISMO!» No campo do futebol de ARCOZELO, foi hasteada uma bandeira vermelha. Uma outra bandeira foi hasteada no apeadeiro da Aguda.



# Grande vitória do povo do Vietnam!

## Os agressores imperialistas obrigados a partir!

Ao fim de 12 anos de luta heróica do povo vietnamita contra os agressores imperialistas norte-americanos, estes são obrigados a abandonar o Vietnam.

A notícia do acordo de cessar fogo e da retirada das tropas americanas do Vietnam no prazo de 60 dias foi acolhida com imensa alegria pelos povos do mundo inteiro, por todos os homens e mulheres amantes da paz e da justiça, por todos aqueles que prezam a independência dos povos. Tal facto representa uma grande vitória para o povo vietnamita. Mas é também uma vitória para os seus aliados, para todos os que o ajudaram material, política e moralmente na sua resistência aos agressores, para as forças do socialismo e da paz no seu conjunto.

Essa vitória foi possível graças ao heroísmo do povo do Vietnam, à sua tenacidade e espírito de sacrifício, à sua coragem e resistência indomáveis. Mas foi possível graças, também, à grande ajuda material e política da União Soviética e de outros países socialistas. Foi possível graças, ainda, à ajuda e às numerosas acções de solidariedade dos povos de todo o mundo, incluindo do próprio povo americano, muitas delas expressas em vigorosas e massivas manifestações de protesto que tiveram lugar por quase toda a parte e em que os agressores imperialistas foram energeticamente condenados e exigida a sua retirada. Ainda no dia da cerimónia da posse de Nixon para o seu segundo mandato, vésperas do estabelecimento do acordo de cessar fogo, grandes manifestações tiveram lugar em Paris, Tóquio, Berlim, Estocolmo, Haia, Zurique, etc., contra os bombardeamentos criminosos do Vietnam e pela retirada dos agressores. O povo português também, nas condições difíceis da sua luta contra o fascismo e o colonialismo, manifestou por várias formas e em diferentes ocasiões a sua solidariedade ao povo do Vietnam.

A maior potência imperialista do mundo, com todo o seu poder económico e militar, que chegou a ter no Vietnam cerca de 550.000 homens e várias dezenas de milhares de seus aliados sul-coreanos, tailandeses e filipinos, nada pôde

contra um povo decidido a não se deixar submeter, apoiado na sua coragem, na justiça da sua causa e na solidariedade internacional. O acordo que os agressores americanos foram obrigados a assinar impõe não só a retirada das tropas mas também a desminagem dos portos, a libertação dos prisioneiros de guerra e dos presos políticos e o pagamento de reparações para a reconstrução da Indochina.

### O preço da guerra

Ao povo americano «a guerra mais longa e mais difícil» da sua história, segundo a expressão de Nixon, custou mais de 3.500 milhões de contos (só a partir de 1965) e 46.000 mortos, além de mais de 150.000 feridos tratados em hospitais e outros tantos sem tratamento hospitalar; segundo afirmações do Departamento da Defesa americano. Ao povo vietnamita, para além das imensas perdas materiais, das destruições sem fim de bens preciosos, de cidades e aldeias, pelos bombardeamentos criminosos feitos apenas com o fim de arrasar tudo, de tudo destruir para tentar aterrorizar e desmoralizar a popula-

ções, além de tudo isto que custou a guerra, ela custou a vida a mais de dois milhões de pessoas e sofrimentos enormes a todo o povo.

Para se ter ideia do poder de destruição das bombas lançadas pelos agressores imperialistas norte-americanos bastará dizer que, segundo o Pentágono, foram lançadas sobre a Indochina, só a partir de 1966, 71 milhões de toneladas. Isto representa 11 vezes as lançadas sobre a Coreia e 3,5 vezes as lançadas durante a segunda Guerra Mundial por aviões americanos.

### Motivos de apreensão

É sabida a resistência que os fanfantes do governo de Saigão opuseram à realização dos acordos de cessar fogo e a uma tréva com que os assinaram, a contrastar com o entusiasmo e a alegria dos representantes da República Democrática do Vietnam e do Governo Revolucionário Provisório. Tal resistência deu mesmo pretexto aos agressores americanos para darem o dito pelo não dito no passado mês de Outubro, em relação a um protocolo já preparado e acordado com a R.D.V., tendo em seguida lançado uma nova série de criminosos bombardeamentos com o duplo objectivo da chantagem e do terror. Perante, porém, a ineficácia de tais métodos e a sua rigorosa condenação pelo

mundo inteiro, os imperialistas foram obrigados a voltar de novo à mesa das negociações.

Perante a realidade do acordo que não puderam impedir, os fanfantes de Saigão esforçam-se por torpedear-lo, violando constantemente o cessar fogo, aliás com a connivência dos imperialistas americanos que, nas suas declarações, continuam a manifestar todo o seu apoio aos dirigentes saigonenses. Isto, mesmo quando Van Thieu reúne 500 dirigentes da polícia e previne-os de que não devem confiar em tratados internacionais nem na Comissão Internacional de Fiscalização. Enquanto a senhora Thi Binh, Ministra dos Negócios Estrangeiros do G.R.P., declara que o seu governo cumprirá inteiramente o acordo, o fanfante Van Thieu elabora uma série de directrizes dirigidas à polícia e outras autoridades pelas quais, entre outras coisas, impede os «comunistas» de circular à vontade no cessar fogo, ordena que se dispare contra eles se entrarem nas cidades, que se destrua as suas infra-estruturas, que se disperse com energia qualquer reunião política disfarçada, que se reprima qualquer manifestação pró-comunista, que se castigue severamente aqueles que procurarem prejudicar a «política nacional», etc., etc. Isto, apesar de as disposições previstas num dos artigos do acordo garantirem expressamente a liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de movimento.

O povo vietnamita, tal como foi capaz de expulsar do seu país os agressores imperialistas norte-americanos, será capaz de varrer a clique de Thieu e construir um Vietnam unificado, independente e socialista!

## Comunistas portugueses NO VIETNAM

No mês de Dezembro, o camarada Manuel Rocha, membro do CC do nosso Partido, visitou o Vietnam. Foi feita uma larga reportagem, que começou já a ser difundida aos microfones da RPL.

Esta viagem ao Vietnam tem um particular significado. Ela testemunha os laços de solidariedade recíproca entre o povo português e o povo vietnamita, entre o Partido Comunista Português e o Partido dos Trabalhadores do Vietnam. Ela marca o reforço da amizade e cooperação entre os dois partidos.

Durante a estadia do representante do PCP em Hanoi, o camarada Nguyen Van Tram, membro do Secretariado do CC do PTV, fez uma declaração em que disse:

«Pedimos que transmita os nossos sinceros agradecimentos

aos comunistas, à classe operária e às forças democráticas e progressistas de Portugal, que apoiam calorosamente a resistência do nosso povo contra a agressão americana pela salvação nacional».

E depois de referir as grandes vitórias do povo vietnamita e as suas causas, continuou:

«A nossa luta patriótica contra a agressão americana tem ainda que defrontar numerosos sacrifícios e privações, mas o povo vietnamita, executando o testamento do seu venerado Presidente Ho Chi Min, prossegue tenazmente e intensifica o combate sobre as três frentes, militar, política e diplomática, até à realização destes elevados objectivos: libertar o Sul, defender e edificar o Norte socialista e progredir para a reunificação pacífica do país».

«Sentimo-nos muito felizes por notar que, em condições muito difíceis, a luta corajosa do Partido Comunista, da classe operária e das forças democráticas e progressistas de Portugal contra a ditadura fascista e o colonialismo português, pelas liberdades democráticas, a independência, a paz e o progresso social, não cessou de desenvolver-se. Fazemos votos para que esta luta registre sucessos cada vez maiores».

«Que se consolidem e desenvolvam cada dia mais a solidariedade entre os dois Partidos e entre os dois povos, vietnamita e português».

## GUATEMALA

### assassinados dirigentes comunistas

A repressão desencadeada pelo governo da Guatemala por trás da qual está o imperialismo norte-americano, dono das riquezas do país, cal ferozmente sobre o povo guatemalteco e, em particular, sobre os comunistas.

De 1966 a 1972, foram, neste país, torturados e assassinados cerca de 13 mil operários, camponeses, estudantes, intelectuais, etc. Nos últimos dias de Setembro, passado, a polícia política prendeu e assassi-

nou seis dirigentes do Partido Guatemalteco do Trabalho, entre os quais o seu secretário-geral, Bernardo Alvarado Manzón.

O CC do PCP, condenando mais este monstruoso crime do governo de Arana Osório e prestando a sua homenagem aos valentes camaradas que caíram na luta, enviou uma mensagem de solidariedade e de pêsames ao Partido Guatemalteco do Trabalho.

## ENCONTRO ENTRE O PCP E O P. DA ESQUERDA-COMUNISTAS DA SUECIA

Em Dezembro de 1972, por ocasião das comemorações do 30º aniversário da criação da URSS, teve lugar um encontro entre uma delegação do Partido da Esquerda-Comunistas da Suécia, composta pelos camaradas Lars Verner, vice-presidente, Ture Forberg, secretário, e Urban Karlsson, membro do Executivo da Direcção do P.E.C., e uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelos camaradas Alvaro Canhal, secretário geral do Partido, e Sérgio Valgueiros, membro do Secretariado do CC.

As duas delegações procederam a uma troca de informações sobre a actividade do PCP e do P.E.C. e expressaram a vontade de estreitar os laços de amizade e cooperação entre os dois partidos.

Encontro teve lugar numa atmosfera de camaradagem e cordialidade.

Foi enviada uma mensagem do nosso Partido ao camarada Kim Il Sun, por motivo da sua eleição para Presidente da República Democrática Popular da Coreia.

O C.C. do P.C.P. enviou saudações ao 3º Congresso do P.C. Marquinhos e ao 9º Congresso do P.C. Equador, realizados respectivamente em Dezembro e Janeiro.